

ATIVIDADES AGRÁRIAS , TURISTICAS E AMBIENTAIS NO DIA A DIA DO CIDADÃO

Elisabete Maniglia.*

Noções introdutórias

A transformação histórica vivida desde os tempos da revolução industrial, ensejou modificações político-sociais, de cunho menos liberal que passaram a incidir em uma nova realidade com a intervenção do Estado nas mais diversas áreas, onde o social passa a ter primazia sobre o individual. Neste raciocínio cresce o sentido da coletivização, e se evolui para a afirmação da dignidade da pessoa humana, além da importância da segurança e da justiça social. (Lanfredi: 2002 p18)

Esta trilogia significa uma preocupação legal posta nas constituições democráticas que passaram a zelar por valores ainda não tutelados por uma ordem jurídica que se preocupa com a valoração do ser, numa composição holística, que perpassa desde o direito a vida com qualidade imposta por tutelas de meio ambiente saudável, de alimentação farta e segura e ainda com lazer ao alcance de todos, para coroar o sentido de satisfação psicológica que permita o crescimento físico, mental e cultural da pessoa humana.

Há que se falar que a preocupação do cotidiano social se volta para aspectos que numa primeira visão, podem não integrar o universo jurídico. Afinal os elementos lazer, qualidade de vida, alimentos seguros, pode refletir um distanciamento da esfera do direito que numa esfera legalista costuma contemplar outros institutos de natureza muito mais conflituosa, mais privatista e menos amigável. A construção de uma sociedade mais justa que semeie princípios educacionais que clamam para efetivação dos direitos humanos deve se pautar no oposto destas condutas: deve clamar por um Estado que numa visão integrada e solidária exerça ingerências jurídicas fundamentais para uma coletividade a partir de suas necessidades mais básicas; dignidade de vida! O direito se posicionando neste eixo construirá a compatibilidade com seu papel de ciência social aplicada, caso contrário alimentará a idéia de ciência mantenedora e aliada do poder neo liberal .

Ambiciona-se então neste texto valorizar institutos jurídicos que passam a considerar a preocupação social numa visão de direitos humanos voltados para a garantia de alimentação da aldeia global, de um meio ambiente saudável para todos e ainda para que as pessoas possam desfrutar de um lazer ao alcance de todos que democratize com efetividade o turismo para todos. O cerne da discussão repousará sobre o meio agrário e as razões para tal se justificam na simbiose de alimentos, recursos ambientais vitais: ar solo água e ainda na atual forma de se conseguir distração barata e acessível à boa parte da população que é o turismo rural. O cenário desta apresentação é o Brasil, berço de atividades agrárias, celeiro de grãos, com imenso solo de qualidade, problemas ambientais e com um potencial turístico sustentável de alto nível.

* Vice coordenadora do programa de pós graduação da UNESP, professora de direito agroambiental. UNESP: Franca SP.

O desenrolar das considerações é oriundo de pesquisas, questões legais e de uma experiência vivida pelas legislações e discussões acadêmicas multidisciplinares. A escolha do tema se deu em virtude da busca em colocar o texto rural numa discussão, mais próxima do jurista para que estes atribuam a real importância do setor agrário como funcionamento vital para a garantia do ente humano, ser principal das relações sócias.

O triângulo formado pelo agrário, pelo ambiental e pelo turismo rural é explicado pelos elos em comum entre eles, além do que desta união resultam pontos fundamentais de explicação pontudas na função social que traz a tona fundamentos econômicos, ambientais e sociais capazes de transformar a rotina dos brasileiros, propiciando melhores condições de vida em geral, tanto para o pessoal urbano, como para o rural. Além do que esta experiência em anexar estes institutos, já foi realizada com êxito pelos países europeus e por parte dos países americanos e latinos. que encontram nestas atividades, as saídas para fixar o homem ao campo. Garantem as estes, cidadania, lucros, preservação ambiental, o que reflete diretamente em melhores condições para as cidades que deixam de crescer desordenadamente, diminuem a violência, adquirem melhores paisagens, e recebem opções de lazer barato.

Perpetuam por meio do turismo rural o ambiente cultural firmado em costumes, tradições, danças, músicas, preceitos, religião, cultuados no campo que fazem sem dúvida a alegria de muitos da cidade. Ainda fazem a história do povo brasileiro que pode construir sua vida, sua alimentação, seus anseios, seu ambiente seus propósitos jurídicos firmados em valores reais, típicos de sua realidade. Este estudo, então centra-se em apresentar a simbiose entre agrário e ambiental, a segurança alimentar que deve ser oferecida a todos e o despertar para um turismo rural, que deve caminhar pari a passo com o direito agrário e o ambiental, para ao fim concluir que novos rumos podem ser construídos, se pensarmos no rural como ente colaborador das populações urbanas e como meio de melhoria da coletividade.

Objetivas-se, portanto, tentar demonstrar que o direito no cotidiano das pessoas pode construir uma sociedade mais justa buscando suas raízes no meio rural, que fornece via alimentos de qualidade, sobrevivência digna, que por meio de seus elementos ambientais naturais, artificiais e culturais constrói uma ambiente saudável.. Por meio do turismo rural oferece aos cidadãos alegria e remédio para alma construindo neste entorno os princípios constitucionais fundamentais de uma dignidade humana fundada num funcionamento harmonioso, controlado pelo direito que age de forma rotineira, solidária, efetiva, selando seu compromisso ético de se pensar na coletividade

No dizer de Jose Eduardo Faria (1992: p106-108) “a eficácia do Direito diz assim respeito à aplicabilidade, exigibilidade ou executoriedade das diferentes normas em vigor, tais normas são efetivas quando tecnicamente podem ser aplicadas e exigidas dentro dos limites do sistema legal” Portanto pode-se falar em democracia plena quando há satisfação de necessidades vitais: alimentos, vida digna, lazer, renda educação meio ambiente saudável entre outras. Parte disto repousa neste estudo. Só assim pode-se pensar num direito humano, alavanca de transformação. Espera-se, ser esta, parte de uma contribuição ao menos para uma reflexão.

I O direito agrário e o direito ambiental simbiose necessária para uma melhor qualidade de vida

O espaço rural é de fundamental importância para Hudault (1987 p29) pois com esta definição pode-se entender que a propriedade rural deve se desenvolver em função da sociedade em consonância com as funções sociais ecológicas almejando não só o agricultor. Sem embargo a associação dos elementos da função social é vital para a melhora da preservação e melhora do solo , regeneração do ar e qualidade da água o que constitui um novo biótipo de plantas e animais.

A atividade agrária funcionando desta maneira, com preocupações ecológicas pode oferecer melhor produção de alimentos. Em sintonia com uma produção natural mais rentável, o espaço rural ganha novos perfis onde a sustentabilidade passa a fazer parte, contribuindo desta forma para a diminuição do esgotamento do solo. Outros fatores podem aqui ser incluídos: a contaminação biológica é causadora de doenças ao homem , sendo evitada propicia saúde maior e minimização de gastos públicos neste setor . A contaminação química derivada do uso indiscriminado de agentes contaminantes do ar gera alterações climáticas, doenças e poluição das águas, alterando setores diversos como fauna , flora atingindo o homem na sua totalidade. A deterioração social oriunda dos danos ambientais acontecidos nas atividades agrárias além de macular a saúde do homem geram problemas ambientais de diferentes monta. Caminham ao contrário das legislações modernas que clamam por um direito sustentável , que preserve a terra para as gerações presente e futuras.. Estas legislações que desde o tratado de Roma, conferencias internacionais sobre o meio ambiente da década de setenta insistem no direito ambiental para garantir a melhor qualidade de vida numa visão holística , visam acima de tudo a cooperação dos Estados em geral para

“ conservar as zonas rurais com o fim de salvaguardar seu potencial agroalimentar de assegurar o equilíbrio ecológico , das paisagens , de proteger o patrimônio cultural e natural que estes representam e permitir as atividades de recreio enquanto são compatíveis com os fins citados “ (Delgado de Miguel : 1993p350)

O autor espanhol consegue nesta definição juntar meio rural , produção , preservação ambiental e turismo demonstrando que estes elementos vivem no setor agrário em comum e em boa vizinhança e que o sucesso de um pode ser o sucesso de todos os demais elementos , exemplificando : Algum que produz de forma saudável têm alimentos de qualidade preserva o meio ambiente e ainda pode utilizar esta produção como forma de atrativo para o turismo rural, oferecendo visitas cobradas para a população urbana verificar e conviver com a realidade agrária. Agindo desta forma o homem agrário vive com dignidade, produz com qualidade , têm alternativas de ganho , e ainda oferece alimentos de boa referência para os cidadãos urbanos e opções de lazer para que estes desfrutem do meio rural preservando tradições e costumes. Ganha-se de todos os lados Sem contar nos rendimentos que o Estado deixa de investir em saúde, previdência, auxílio desemprego, e nos lucros que passa a obter derivados dos impostos do comércio vindos dos alimentos e do turismo e na ausência de meios de fiscalização em questões ambientais .

Mas para que tudo isto aconteça mister se faz que o direito contribua com normas atualizadas e com modificações legislativas constantes que acompanhem as demandas sociais. Faz necessário que o direito ambiental, o direito de propriedade , as obrigações contratuais , a responsabilidade objetiva imponham novas sanções e novos

direcionamentos que conduzam a se pensar um novo direito que valorize o meio rural sem preconceitos ou protecionismo .

O direito espanhol, o direito francês, o direito italiano e outros tantos com visão agroambiental têm –se constituído em criar e observar uma série de instituições dirigidas a evitar os ataques ao meio ambiente , a prever a existência de medidas que impeçam o dano ambiental preservando o meio agrário quer na paisagem quer na produção de alimentos a fim de que se evite os abusos do direito , os delitos ecológicos a lesão do meio ambiente em qualquer de suas formas.

Os recursos naturais que de que à agricultura vive ar, solo, água estão cada vez mais afetados pelas disposições ambientais e de fundamental importância se torna as opções de modelos agrícolas a serem desenvolvidos. Deverá haver equilíbrio entre as opções estatais para a agricultura e as questões de preservações ambientais. Não combinam legislações ambientais de preservação do solo água e ar , com monocultura , pecuária extensiva em áreas de reserva, devastação de florestas para madeiras, erosão de solo causada por adubos e pesticidas . A política agrícola e social deve traçar metas de anseios econômicos, industriais, para dimensionar a qualidade alimentar em equilíbrio com o meio ambiente. Da mesma forma deve-se falar em turismo rural sustentável que favoreça o lazer do homem, mas que não degrade a paisagem agrária. São nas bases jurídicas que se assentam as medidas de proteção ao meio ambiente quando estas servem para racionalizar as práticas de produção agrícola, facilitando assim o nexo vinculante entre uma e outra.

Delgado de Miguel (opcit p356 -357) aponta algumas questões de ordem fundamental para que haja esta simbiose, no ponto de vista de produção agrária :

- 1) desestímulo da produção agrícola sob o ponto de vista quantitativo e incentivo a qualidade.
- 2) obrigação dos Estados de financiar os excedentes agrícolas em medida proporcional à quantidade de produtos de venda do próprio território
- 3) Incentivo aos agricultores que se distinguem na melhora do meio ambiente e da produção.

O mesmo autor afirma sob o ponto de vista ambiental:

- 1) a proteção dos solos reflete a proteção das águas e do ar, provocando regeneração em todos os processos ecológicos.
- 2) ao preservar a diversidade genética de que dependem os programas de cultivo melhoram-se as plantas cultivadas.
- 3) ao permitir o aproveitamento sustentado das espécies se favorece o uso racional dos recursos naturais bem como a diversidade dos aproveitamentos.

Os demais interesses ecológicos ambientais paisagísticos protetores em suma dos recursos naturais só podem ser exigidos com base na função social da propriedade e devem ser cumpridos em função do interesse social que a protege. Torna-se portanto o direito de propriedade um direito de uso limitado, visando sempre o interesse coletivo e que ambiciona a preservação ambiental e a qualidade alimentar. Ma mesma dimensão fundamenta-se o turismo rural que junto com o uso dos recursos naturais devem promover um uso de cultivo alternativo e uma conservação de paisagem de promoção ordenada restritiva de um turismo rural adequado a sua capacidade.

Seguindo os passos de Ballarin Marcial (1990:p41), Sans Jarque (1971: p117) e Delgado de Miguel (op.cit:p362-366) pode-se afirmar que é indubitável que o desenvolvimento tecnológico, modifica hábitos e escalas produtivas da agricultura moderna e que a concorrência dos preços e dos mercados produtores fazem com que haja massiva exploração . Entretanto esta normativa não pode ser dirigida contra o meio ambiente e somente a favor do lucro , pois este com certeza ao longo das práticas será diminuído e a destruição dos solos água e ar terão efeitos nefastos sem precedentes ao longo dos anos convertendo num total prejuízo quantitativo e qualitativo dos alimentos e das condições de vida em geral.há de se pensar que os recursos podem ou não ser renováveis .Deve-se passar a pensar numa concepção mais administrativista , com a qual a Administração pública passa mais a intervir na gestão dos recursos , em substituição à concepção civilista, onde o proprietário mensura a importância econômica em detrimento à ambiental .

Finalmente a integração dos recursos naturais protegendo o solo, os alimentos e a qualidade destes, em simbiose com atividades que resultam em potencialidade econômica para a região campestre como o turismo rural e opções alternativas da agricultura constituem os caminhos a serem percorridos para a melhoria da vida do ser humano quer habitante rural, quer habitante urbano.

II Segurança alimentar, preocupação social e políticas públicas de alimentação.

Não é de hoje, que a falta de alimentos se torna preocupação mundial . Todavia um novo posicionamento se volta para qualidade dos alimentos e a preocupação com a saúde revela um novo plano de vida que busca a qualidade dos produtos. Mas não é só . A moda conduz a silhuetas finas e a magreza passa a ser busca da maioria dos cidadãos. . Num paralelo as organizações de saúde , clamam pela redução da obesidade que cresce assustadoramente como resultado dos fast food., pela desnutrição que assola as crianças dos países pobres e pela fome ainda não erradicada no planeta .

Esta realidade movimenta o direito na busca de uma justiça social utilizando mecanismos de tutela da produção de alimentos e qualidade dos produtos alimentares por meio de legislações internas a cada país , mas sobretudo por disciplinamentos internacionais que sinalizam para uma preocupação agroambiental via órgãos como a FAO , ong's , e associações de países como a Comunidade Européia , OMC. , Mercosul e similares. Esta corrente cresce e destaca o direito agrário, o direito ambiental o administrativo em consonância com os direitos humanos para consolidar o estudo da segurança alimentar .

O combate a fome a pobreza do mundo ocupa a pauta dos Estados que em reunidos em número de 185 se uniram em Roma em 1996 , num evento que se denominou Cúpula Mundial para a Alimentação e se comprometeram a se preocupar com a alimentação, criar propostas para acabar com a fome do mundo e reduzir pela metade até 2015 o número de desnutridos . As boas intenções não se concretizam em passos coerentes com a proposta e neste caminho ao fim dos 20 anos muito pouco terá se conseguido. A América Latina e o Caribe conforme Gordilho (2002p 15) possuem 54 milhões de cidadãos que sofrem com a fome e a desnutrição. A África conta hoje com o maior contingente de miseráveis e ao que tudo indica a situação decorre em ambos locais, da pobreza existente nestas regiões Mustafa Koc (2002 p75) afirma que há mais de 800milhões de pessoas em permanente situação de fome. A maioria destas pessoas

vivem em zonas rurais , o que significa que, mais da metade das pessoas que vivem no campo são pobres e quase metade delas não pode satisfazer com sua renda, ao menos as necessidades alimentares básicas. Além do que, em destaque na América Latina, a desigualdade social é outro grave problema. Isto resulta num quadro grave e ameaçador : não há melhoria na renda , a pobreza aumenta dia a dia , não há melhoria na segurança alimentar, e, em contrapartida a expectativa de vida aumenta nos países de primeiro mundo, bem como diminui a mortalidade infantil o que é muito bom, mas que desencadeia a necessidade de alimentos e a qualidade destes, por parte de pessoas preocupadas com a longevidade de sua existência.

A globalização do sistema agroalimentar oferece potencial para soluções coletivas , reduz a vulnerabilidade a crises de segurança alimentar regionais e oferece maiores oportunidades de escolhas alimentares pelo menos para quem têm condições de adquirir os alimentos . Mas globalização também traz problemas que ameaçam a segurança alimentar como a desigualdade entre os povos o que faz aumentar a pobreza a fome a deficiência da saúde e a perda da diversidade cultural . Computam-se também a exploração mais intensa da exploração do ambiente natural com a crescente poluição perdas e degradação de recursos e perda de bio diversidade .O poder político local e nacional são afetados o que implica na redução do poder democrático e do controle social . Conforme Mustafa ao mesmo tempo os níveis de produção globais aumentam e simultaneamente milhares de pessoas morrem de fome diariamente no mundo todo em especial crianças idosos e mulheres que mais sofrem com a desnutrição. Para Gordilho a existência de fome em países ricos que tem grande oferta de alimentos indica que a insegurança alimentar não se deve simplesmente a falta de comida , mas também à desigualdade de acesso a recursos sociais e econômicos básicos.

Portanto a agricultura é a principal atividade que incide diretamente sobre as possibilidades de melhoria das condições de vida . O progresso agrícola não só favorece as cadeias agroalimentares como movimenta o agronegócio que deve crescer para combater os problemas estruturais da fome e dos apelos de saúde via alimentação exemplar.

Visto a importância da agricultura compete analisar como esta produção vem sendo conduzida no mundo. Os países agrícolas coincidem com aqueles chamados em desenvolvimento e enfrentam a concorrência dos subsídios existentes nos países de primeiro mundo o que faz produzir uma concorrência desleal . Há produção, porém os lucros diminuem vertiginosamente. Os pobres continuam produzindo,mas sem acesso a lucros, o que impedem de ter vida saudável. As regiões agrícolas permanecem sem infraestrutura devida, sem saúde, sem educação, água potável e transferência tecnológica, pesquisa e extensão agrícola . Os Estados devem investir no campo , acelerar a luta contra a fome e isto se faz com investimentos, vontade política e disponibilidade de recursos suficientes. Os compromissos firmados entre as Nações devem estar estabelecidos em metas que segundo Gordilho (op.Cit. p31)se realizarão em três tarefas :

- 1) fortalecer o programa especial de segurança alimentar da FAO , nos países de baixo rendimento e deficit alimentar e prevenção de emergência das pragas e doenças fronteiriças em animais e plantas .
- 2) fortalecer e promover as alianças produtivas estratégicas entre o Estado , setor empresarial e sociedade civil que permitam alcançar segurança alimentar o desenvolvimento rural , e com isso fortalecer a vontade política de todos os setores.

3) promover a canalização de recursos privados e públicos para o desenvolvimento da agricultura e o desenvolvimento rural . Focalizar o gasto público em torno de um programa mínimo cujos ingredientes poderiam ser política de rendimentos rurais por intermédio de transferências diretas, um sistema de financiamento rural desenvolvimento de infra estrutura e redesenho que somassem tecnologia, instituições científicas e políticas de desenvolvimento sustentável.

Este modelo foi sugerido em especial para os países em desenvolvimento. Outros países, já desenvolvem outras técnicas de preocupação agrícola, como o Canada que se volta num esforço interno para colaborar nesta meta, estabelecendo que a fome deve desaparecer em todo país pois todos tem acesso a uma dieta saudável. A política de segurança alimentar deve ser a primeira posição do governo nacional como, o local. A agricultura e as atividades pesqueiras do país devem ser tratadas com prioridade fortalecendo a produção familiar e individual , em detrimento da centralização de produção que conduz os produtores cada vez mais a a pobreza. Deve ser posto fim a degradação ambiental e formular políticas sustentáveis de produção e distribuição de alimentos .

Há de se considerar que o Canada(Mustafá Op. Cit: p86-87) . se configura entre os países de maior extensão terrestre perdendo apenas para a Rússia . Sua superfície é superior a 900milhões de hectares e seu clima é severo . Porém é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo enquanto sua população gasta muito pouco com a alimentação , por volta de 9,8% de sua renda e somente 8% dos canadenses comprometem ao menos uma vez ao ano a qualidade e a quantidade de sua dieta por falta de dinheiro. Isto demonstra que os canadenses gastam uma quantia relativamente pequena da renda disponível em alimentos , em comparação com outros países e, a partir destes dados pode –se concluir que o Canadá não necessitaria se preocupar com segurança alimentar. Mas como integrante dos países que se comprometeram em fazer do alimento um direito a todos , reduzir a pobreza e promover a agricultura como meta para qualificar e produzir por meio de prática sustentável, segue firme em seus objetivos de responsabilidade social, fornecendo este exemplo para todo o mundo . Outros países se preocupam com políticas de segurança alimentar, o Estados Unidos têm programas desde 1930 em suas agendas, mas estes recebem muitas críticas que vão desde as freqüentes fraudes e abusos , falsificações e mau uso dos cupons até a falta de liberdade para escolher os produtos . O México apresenta políticas eficientes assim até como o Brasil , mas que frente aos distúrbios sociais intensos , tornam-se ineficaz. A complementação das políticas sociais com investimentos em educação renda familiar , saúde emprego anulam as perspectivas de combate a fome. Quando estas não estão presentes as o combate a fome torna-se política de assistencialismo sem efeito futuro.

A comunidade européia aperfeiçoa o estudo do Direito agrário dia a dia tomando como meta que este é o responsável pela manutenção da cadeia agroalimentar e da manutenção sustentável dos alimentos e da natureza frente ao solo ar e água . Maria Adriana Victória (2005:p230) considera que a seguridade alimentar se baseia em três princípios : precaução , transparência e subsidiariedade que se tornam respaldados pelo assessoramento científico, análise do risco e controle de produção, metas postas pela CE em seu livro de seguridade alimentar.

A importância atribuída a produção de alimentos é vista como prioridade na Comunidade a partir da história de fome, que já viveu a Europa por diversas oportunidades e ainda pela consciência do desgaste ambiental global, pelo preço caro de seu alimento e pela preocupação com sua qualidade de vida.. Assim atribuí as responsabilidades para os produtores de alimentos e simultaneamente aos consumidores e autoridades competentes que controlam e garantem o cumprimento destas obrigações. Para os consumidores fica a responsabilidade de manipular conhecer e adquirir os produtos de maneira apropriada. Os produtores devem seguir a risca a produção de alimentos com normas de qualidades e atentos as normas ambientais e os governos ficam com a responsabilidade de estabelecer normas fito sanitárias e controle via legal de toda cadeia de produção e consumo.

O controle esta sendo exercido em parte pelos governos locais mas também é manifesto pela OMC, através de políticas de controle e regulamentação da qualidades dos produtos, via medidas fito sanitárias, de aprovação e comercialização de produtos biotecnológicos. As disputas e reclamações envolvem não só problemas econômicos mas também de preservação alimentar. As ong's manifestam de forma diferenciadas seus clamores por vida mais saudável corroborando para o exercício de cidadania planetária face ao direito da quantidade e qualidade de alimentos.

A recepção jurídica da seguridade alimentar conforme Zeledon (200:p 68) se faz via direitos humanos que se faz fundamento interpretação e aplicação do direito agrário . O direito a alimentação, ao desenvolvimento sustentável, ao respeito pela vida humana se concretiza no fortalecimento da cultura da paz que converte para a responsabilidade social de alimentar e preservar o mundo sem fronteiras , rezas e credos poder econômico limitam outros direitos : a livre iniciativa privada , a livre produção e a livre circulação de mercadorias . Contudo o direito a alimentação é maior que o lucro mesmo para quem mesmo ambiciona o lucro maior. Nada adianta Ter dinheiro e não Ter alimentos saudáveis.

O termo seguridade abarca saúde, integridade física e interesse econômico seguida de abastecimento e responsabilidade por danos alimentícios . O direito novamente esta presente . A seguridade alimentar e o direito são inerentes para preservar o sistema social e ambiental . Devem, caminhar juntos regulando as condutas dos produtores consumidores e dos organismos Estatais, afim de resguardar o mundo .

III Turismo Rural ,atividade agrária , preservação social e ambiental.

A valorização do meio ambiente rural tem sido estudada como forma social econômica e ambiental desde a aceitação da função social da propriedade. Paralelamente a qualidade de vida o lazer do homem stressado , a configuração de qualidade de vida , os modismos que clamam por produtos naturais permitem associar meio rural , descanso e lazer numa atividade hoje denominada turismo rural . E, mais, esta atividade pode ainda ser encarada como salvaguarda para muitos camponeses que na iminência de deixar o meio agrário , encontram nesta forma de atividade, sua recuperação social e econômica. A fixação do homem ao campo tem preocupado estudiosos agraristas, sociólogos, economistas , ambientalistas por tudo que ele representa no contexto geral das cidades e do rural numa perda significativa para ambos os lados.

Outrossim (Maniglia 1999p220)é que neste processo, se adentra ao setor turístico como forma de se criar no campo um modelo novo de atividade agrária firmada na busca intensiva de requisitos saudáveis para passeios e descanso , com ar puro , contato com a natureza , águas minerais , lagos para a pesca , passeios em montanhas alimentos sem agrotóxicos em suma vida saudável.

De um outro lado , a busca do ócio gera o que Del Masi explica (1998p34) que o homem precisa assimilar a idéia de mais tempo para o lazer deixando parte do trabalho para os que necessitam deste para a sobrevivência. O sociólogo defende a busca do lazer como fundamento para a garantia de uma vida saudável e para fornecer outros empregos para os que desfrutam desta atividade. Aí se insere o turismo rural como fonte de prazer para os que anseiam por ócio enquanto esta atividade gera empregos, sustentabilidade e outras divisas econômicas..

Para Ruschmann(2004:p63) o turismo rural explora e capitaliza o meio rural ou natural que de outra forma, não agrega valor econômico só aquele diretamente relacionado ‘a produção agrícola ou pecuária ; estimula a aquisição de produtos artesanais e daqueles relacionados com a atividade do meio rural como lamparinas ferramentas , objetos de decoração ; ao atrair fluxos de pessoas de outros espaços econômicos , o turismo rural estimula o consumo nas áreas onde ocorre desencadeando o tradicional efeito multiplicador das atividade turística. Como lembra o autor para que tais fatos ocorram de forma eficaz será preciso implantar estruturas que dêem suporte necessário para o incremento sustentável da atividade no meio rural e que estejam relacionadas com organizações locais, de apoio vinculadas as estruturas externas de turismo e consultorias.

O turismo no meio rural constitui uma atividade ainda exótica, esta consolidado na Europa e ensaia seus passos no Brasil , Argentina e Chile encontrando problemas na sua definição implementação e consolidação .

Para Oxinalde(1994p23) o turismo rural engloba modalidades de turismo que não se excluem e que se complementam de forma tal que o turismo no espaço rural é a soma de ecoturismo, turismo verde turismo cultural esportivo agroturismo e turismo de aventura. Todas envolvem de alguma forma habitat próprio, animais, solo agrário . costumes e artesanatos peculiares ao meio rural, o que significa a somatória de especificidade agrária . José Graziano conclui que duas marcas do turismo rural se revelam : seu desenvolvimento pode produzir –se em zonas que não disponibilizam recursos turísticos extraordinários , o que significa que a aptidão para o turismo rural pode ser feita em ampla regiões do território . A segunda característica fundamental é seu baixo nível de barreiras à entrada , o que implica que o turismo rural pode criar postos de trabalho com reduzidos volumes de investimentos.

O turismo rural além de se ligar a políticas de lazer, empregabilidade , se manifesta numa forma de preservar o meio ambiente construindo aspectos culturais , manutenção das paisagens , qualidade dos campos , com planejamentos do uso do solo e da água envolvendo bem estar social e desenvolvimento em paralelo das cidades onde o imóvel rural se situa. As regras jurídicas para o seu estabelecimento decorrem de políticas públicas e se consolidam em normatizações de competência variável podendo estar na ordem federal , estadual e municipal

Ballesterio Hernandez (1990 p 118) considera que as linhas definitivas do turismo rural são demasiadamente amplas para objetivar seu conteúdo preciso representa uma nova oferta turística que assume um compromisso com a natureza com a paisagem agrária com a cultura do lugar e seus costumes. Assinala Camata (1998 p73) que a atividade turística esta dirigida a valorização dos produtos agrários e a difusão de conhecimentos que encerra a cultura e o artesanato rural, em simbiose com a atividade agrária. .

Importante frisar que a atividade turística rural decorre em sua maioria de empresas familiares agrárias que merecem respaldo diferenciado legal desde os incentivos até a tributação para se desenvolver tudo dentro do limite de sua capacidade sócio contributiva.

A prática do turismo rural ganha espaço em todo mundo embora sua origens são atribuídas aos Estados Unidos que iniciaram este trabalho na modalidade hospedagem para turistas que iam pescar ou caçarem determinados locais. Austrália , Nova Zelândia e diversos países europeus em destaque a França , Itália e Espanha oferecem o turismo rural inclusive permitindo que estes participem das atividades produtivas. Considera-se ainda que o turismo rural não deve ser visto como panacéia para os males financeiros dos proprietários rurais e sim como alternativa conjunta as atividades agrárias adicional a áreas com problemas de renda estagnada ou decadente.

No contexto global pode- afirmar que o titular da supervisão desta atividade é o Direito agrário em consonância com o Ambiental e que estão vinculadas as políticas de sustentabilidade e formulação de políticas de desenvolvimento que reafirmam os propósitos de democracia e dignidade dos povos. As metas de segurança alimentar , meio ambiente saudável estão aliadas ao turismo rural como manutenção de ambas numa simbiose possível regida pelas normas jurídicas.

IV Meio ambiente . Turismo rural e Segurança Alimentar no Brasil.

Em que pese os conhecimentos acumulados ao longo desta reflexão, se apresentarem e se aplicarem ao Brasil em máxima, é preciso refletir que as peculiaridades rurais brasileiras clamam por institutos não ainda mencionados por retratarem realidades com conteúdo histórico jurídico cultural diverso.

O Brasil na questão agrária encontra-se em fase preliminar de divisão de terras e de luta por estas. Sem definição de suas escrituras, com terras devolutas, com corrupções cartorárias cerca que se movimentam por fraudes e grilagem, a terra brasileira necessita de políticas paralelas de cunho fundiário entendendo por estas, reestruturação do solo e de políticas agrícolas que fixem o homem ao campo com mecanismos de proteção e incentivo. Portanto há que se falar em reforma agrária estruturada sustentável que ofereça ao homem do campo, condições de existência em seu habitat. Os movimentos sociais do Brasil tem clamado por reformas que visem a preservação ambiental mas sobretudo minimize os problemas de desigualdade social e miséria reinantes no meio agrário. Um país onde o trabalho análogo ao de escravo é apresentado em todas as regiões até nas mais prósperas, têm que se preocupar com problemas estruturais somando todas as possibilidades de se atenuar os problemas sociais com metas ambientais, segurança alimentar e criando possibilidades de incremento ao turismo rural como meta de propiciar ao homem do campo sua fixação e melhoria de vida e dignidade de cidadão.

Sem degradar a natureza o brasileiro pode se alimentar com base em seus costumes. Gursen de Miranda(2005 ;p 304) ressalta a importância a cultura local e ao costume da plantio da mandioca como elemento garantidor da segurança alimentar do amazonense. Como apresenta o autor apesar da potencialidade da mandioca como importante alternativa no combate a fome que mata milhões de pessoa no mundo todos os dias é de pouco interesse dos organismos oficiais na pesquisa dessa cultura típica da Amazônia. No Brasil a EMPRAPA pesquisa na Bahia fora portanto da região amazônica essa cultura vital para o homem pobre brasileiro e parte integrante de nossa cultura alimentar como um todo, sem todavia merecer uma proteção firme e saneadora da fome no Brasil. Ao contrário muitas culturas são deixadas para trás pelos trabalhadores que sem incentivo, ou ainda em disputa, com o grande latifundiário ou com o madeireiro que destrói suas reservas e os expulsa da terra. Os programas brasileiros de sustentabilidade como o fome zero, bolsa família, programa de amparo ao trabalho e outras medidas emergenciais estaduais ou municipais, perdem sua capacidade e valoração frente as desigualdades e injustiças celebradas no meio rural. Instrumentos como a reforma agrária sem planejamento transfere apenas os problemas de local. Os assentamentos devem ser planejados tanto no terreno a ser implantado para evitar danos ambientais como modelados de acordo com políticas públicas que valorizam o trabalho familiar dimensionando as práticas de agricultura, orgânica biológica, bio dinâmica conforme ensina Francheti (2002: p88). Segundo este autor são estes modelos os que propiciam a eliminação de fertilizantes adubos criando fontes de energia e produtos saudáveis. A eliminação de dependência de produtos químicos, faz com que o assentado e o proprietário familiar exerça uma atividade mais pura e lucrativa sem filar a bancos e pagamentos a cartéis formados por multinacionais estrangeiras que comandam os mercados agrícolas. A monocultura tão incentivada no Brasil faz do produtor refém de produtos internacionais, prende-os a preços internacionais e as políticas de subsídios dos países controladores da rede alimentar do primeiro mundo.

O Brasil desfruta de um território invejável assim como o Canada, exporta produtos de primeiríssima qualidade, mas tem também a maior concentração de terras , uma política barata e descontrolada de agricultura que sequer consegue realizar a prevenção para os grandes produtores, haja vista a atual febre aftosa que assola a carne bovina, suspendendo toda exportação e causando prejuízos inconsoláveis para a economia nacional . A ausência de planejamento nos financiamentos bancários e a dificuldade impostas por estes, afastam a população de produtos baratos e de boa qualidade pois, quem produz para o mercado interno são os pequenos produtores que sem crédito conseguem baixos índices de produtos e com qualidade a ser questionada. Os grandes produtores se voltam para as exportações. .

O turismo Rural começa sua caminhada e ainda possui adeptos em locais privilegiados próximos de grandes centros.. É uma excelente opção para o Brasil mostrar sua riqueza cultural , artesanal, ambiental se for motivo de incentivo e prerrogativas pelos organismos estatais.com já foi demonstrado ao longo de todas estas reflexões e ainda se caminhar com incentivos e em passos conjuntos com o Direito agrário e ambiental . Os beneficiários destas condições são os povos em geral, os direitos humanos a sociedade global. As razões para tal são sem dúvida que frente a globalização o Brasil representa o grande celeiro de alimentos , meio ambiente natural , podendo também configurar como ponto turístico nevrálgico no setor rural que têm muito a mostrar e muito a ganhar .

Breves Conclusões .

Muito ainda poderia ser discutido principalmente no que se tange as potencialidades brasileiras acerca do meio ambiente, turismo rural e segurança alimentar . Não resta dúvidas da importância do tema e da valoração como deva ser tratado embora a academia não pense e reflita de maneira preponderante sobre a questão . A garantia de alimentos saudáveis advém de políticas públicas . O meio ambiente capaz de produzir para estas gerações e as vindouras dependem de políticas públicas . O aumento de renda e condições de renda provém de políticas públicas. Estas são conduzidas e normatizadas pelo direito que deve agir visando o interesse público, que já transpõe locais determinados , mas ao contrário visa a quebra de barreiras dos estados para fluir numa perspectiva internacional . Espera-se que o aqui discutido tenha como lição ao menos a reflexão sobre a questão alimentar sobre meio ambiente, sobre o meio rural e sobre a possibilidade do turismo rural criar novos meios para a realização dos primeiros institutos que garantem sobremaneira a vida do planeta . Que a academia possa ver no meio agrário a solução para muitos de seus problemas e colabore para que este alivie a vida urbana do planeta.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA JOAQUIM , FROENLICH, JOSE MARCOS , MARIO RIELD. (ORG)
Turismo Rural e desenvolvimento sustentável . 4 ed. Campinas: Papirus 2000.

ANDA , GUSTAVO GORDILHO. Um novo contrato de cidadania In: TAKAGI, MAYA, SILVA JOSE GRAZIANO , BELIK VALTER . Combate a fome no Brasil. São Paulo , Instituto Cidadania . 2002.

BALLESTERO HERNADEZ .Derecho agrario . Zaragoza: Neo ediciones 1990.

DELGADO DE MIGUEL . Derceho Agrário de la Union Europea . madrid; thebook 1994.

Estudios de derecho Agrário. Madrid. Montecorvo 1993.

FRONCHETTI , ALCEU , ZAMBERLAIM JURANDIR . Agricultura ecológica. Petropolis Vozes . 2002.

MADEIRA FILHO , WILSON .Direito e justiça Ambiental rio de janeiro : Universidade Federal Fluminense . 2002.

MANIGLIA , ELISABETE . Da possibilidade do turismo rural ser integrado como atividade agrária In: Revista de estudos juridicos UNESP. Franca nº 8 , ano 4 jul- dez. 1999.

MARCIAL BALLARIN. El código civil y la agricultura sta de estudios agrosociales n2 . p7 i ss.

MIRANDA , ALCIR GURSEN . Segurança alimentar na Amazônia . In Revista de direito Agrário ambiental e da alimentação. Rio de Janeiro : Forense Ano I , jul- jun. 2005.

MUSTAFA, KOC. Revistando a segurança alimentar. Perspectivas canadense. In; TAKAGI, MAYA, SILVA JOSE GRAZIANO , BELIK VALTER . Combate a fome no Brasil. São Paulo , Instituto Cidadania . 2002.

OXINALDE, MR. Ecoturismo nuevas formas de turismo em el espaço rural. Barcelona : Bosch 1994.

RUSCHMANN, DORIS.VAN DE M. O turismo rural eo desenvolvimento sustentável. . In ALMEIDA JOAQUIM , FROENLICH, JOSE MARCOS , MARIO RIELD. (ORG) Turismo Rural e desenvolvimento sustentável . 4 ed. Campinas: Papirus 2000

SANS JARQUE . Derceho Agrário Madrid : Reus . 1995.

SILVA JOSE GRAZIANO. ET. ALLI. Turismo em áreas rurais ; suas possibilidades. In:. . In ALMEIDA JOAQUIM , FROENLICH, JOSE MARCOS , MARIO RIELD. (ORG) Turismo Rural e desenvolvimento sustentável . 4 ed. Campinas: Papirus 2000

TAKAGI, MAYA, SILVA JOSE GRAZIANO , BELIK VALTER . Combate a fome no Brasil. São Paulo , Instituto Cidadania . 2002.

VICTORIA , MARIA ADRIANA . Seguridad alimentária como derecho y deber. In: . Revista de direito Agrário ambiental e da alimentação. Rio de Janeiro : Forense Ano I , jul- jun. 2005.

ZELEDON Y ZELEDON , RICARDO. Derecho agrário y derecho humano . Curitiba : Juruá 2002..